

SERPRO: APARÊNCIA DE NORMALIDADE. E NA ESSÊNCIA?



O Serpro, empresa pública federal, essencial como guardião da soberania digital do estado brasileiro, está fazendo parceria com as big techs dos EUA que nos espionam, nos dominam e lucram com nossa dependência (Amazon, Microsoft, Google, Oracle), para a constituição da “Nuvem Soberana”.

Esta “Nuvem Soberana” é o aprofundamento da dependência tecnológica e o ataque a qualquer possibilidade real de soberania, erro estratégico gravíssimo diga-se de passagem e sabemos que incomoda quem fala sobre isso.

O Serpro deveria estar investindo em infraestrutura pública, software livre e autonomia estratégica e não entregar o futuro digital do Brasil nas mãos de corporações que respondem a leis estrangeiras e a interesses que são diretamente contrários aos do povo brasileiro.

Essa falsa nuvem soberana não estaria entregando as chaves do cofre digital do Estado brasileiro? O Brasil será dono de alguma coisa? Do software, do hardware, dos dados? Mesmo que o servidor esteja em Brasília, o controle não estaria em Washington?

O discurso de que “transformação digital” passa por adotar tecnologias prontas das big techs e que isto é sinônimo de soberania precisa ser combatido principalmente pelos trabalhadores do SERPRO.

Retomar o Software Livre não é nostalgia, é urgência. Temos de construir infraestrutura digital sem depender de quem lucra com nossa submissão. Precisamos refletir sobre esta realidade de que vivemos sob o domínio de algoritmos que decidem quem trabalha, quem consome, quem é incluído ou excluído, e quase tudo isso rodando em servidores controlados por empresas estrangeiras.

Precisamos responder a seguinte pergunta de Paul Singer: é possível um desenvolvimento tecnológico que não reproduza desigualdades, mas as supere? Construir data centers com alternativas digitais verdadeiramente soberanas, com softwares livres, códigos abertos e governança comunitária ou pública, torna-se parte inseparável da luta pela soberania nacional e pela justiça social.

Cada vez mais temos de nos insurgir contra a política de transformação do SERPRO em barriga de aluguel destas big techs estrangeiras.

Cada vez mais temos de dizer NÃO a terceirização.

HOME OFFICE EM MINAS GERAIS: AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO CONVIVEM COM AUMENTO DE IRREGULARIDADES



A expansão do home office transformou a rotina dos trabalhadores de Tecnologia da Informação e trouxe importantes mudanças na legislação trabalhista. Embora o teletrabalho tenha garantido novos direitos e ampliado a proteção jurídica dos empregados, o SINDADOS-MG continua recebendo denúncias de empresas que descumprem a legislação (Incluindo Convenção Coletiva de Trabalho - CCT) e desrespeitam direitos básicos da categoria.

Conquistas que precisam ser preservadas

A regulamentação do teletrabalho consolidou direitos importantes para os trabalhadores. Entre eles, destacamos a obrigatoriedade de formalização do regime por meio de aditivo contratual, com definição das atividades, responsabilidades e condições de trabalho; além das conquistas obtidas nas negociações coletivas realizadas pelos sindicatos em Minas Gerais, que garantiram reembolso com o trabalho em casa.

Violações continuam frequentes

Apesar dos avanços na regulamentação do teletrabalho, ainda são comuns práticas abusivas que desrespeitam a legislação trabalhista e a CCT.

Entre as principais reclamações estão a exigência de disponibilidade permanente por aplicativos de mensagens e plataformas corporativas fora da jornada, sem o pagamento das horas extras; a transferência ao trabalhador de despesas com internet, energia elétrica e mobiliário ergonômico; e o aumento dos casos de adoecimento mental decorrentes da sobrecarga de trabalho, da pressão por resultados e da dificuldade de desconexão.

Também são recorrentes os relatos de retorno ao trabalho híbrido ou presencial sem a formalização do aditivo contratual ou o cumprimento do prazo legal de transição, além da adoção de mecanismos de monitoramento excessivo, como captura de telas, rastreamento da atividade no computador e exigência de câmera ligada durante toda a jornada.

Outra prática irregular é a ausência ou manipulação do controle de jornada para impedir o pagamento de horas extras a trabalhadores submetidos a horário fixo.

Informação e mobilização fortalecem a categoria

O home office não representa renúncia aos direitos trabalhistas. As garantias previstas na legislação e nas convenções coletivas permanecem válidas e devem ser respeitadas por todas as empresas.

Caso você esteja enfrentando mudanças irregulares no regime de trabalho, exigência de disponibilidade permanente, monitoramento abusivo, ausência de ajuda de custo ou qualquer outra violação de direitos, procure o SINDADOS-MG.

A denúncia e a orientação são fundamentais para combater abusos e fortalecer a defesa dos trabalhadores de TI em Minas Gerais.

PRIVATIZAÇÃO EXPLOSIVA: EMPRESAS CAUSARAM ACIDENTES QUE DEIXARAM 7 MORTOS DESDE 2025; COPASA SEGUIRÁ EXEMPLO?



Na quinta-feira, 23 de julho de 2026, passageiros das linhas privatizadas do metrô de São Paulo notaram faíscas pela janela do trem e começaram a filmar. Em poucos segundos, houve uma explosão. O vagão começa a pegar fogo e os passageiros, em desespero, são obrigados a deixar o metrô e seguir a viagem à pé pelos trilhos. A linha que registrou a explosão é operada pela privatizada Trivia Trens.

Cerca de dois meses antes, em 14 de maio, uma explosão por vazamento de gás numa obra da Sabesp privatizada causou duas mortes. Menos de um mês depois, outro vazamento de gás no centro da cidade de São Paulo.

Desde 2025, a Sabesp e a ViaMobilidade, empresa que comprou outras linhas de metrô, estiveram envolvidas em casos de desgargas elétricas, acidentes em manutenções ferroviárias e rompimento de estruturas que deixaram sete mortos.

Falta de água e falhas técnicas: Copasa vai para o mesmo caminho?

A Sabesp foi comprada pela Equatorial Energia, mesma empresa que adquiriu a maioria das ações da Copasa. O temor dos mineiros é que, privatizada, a Copasa vá pelo mesmo caminho no que diz respeito à falta de experiência dos novos donos com o ramo de água e saneamento.

Mas não só. O aumento de falhas na gestão privatizada do metrô de São Paulo aumentaram 56% no primeiro semestre de 2026. As reclamações mensais sobre o serviço da Sabesp privatizada cresceram 70%. As reclamações por falta de água aumentaram 224% desde a privatização.

A Copasa seguirá o mesmo caminho?

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	Indra Company	0010126-97.2025.5.03.0140	10/08/2026	11:30	Videoconferência
Sindados MG	Totvs	0010637-67.2026.5.03.0138	11/08/2026	08:25	Videoconferência
Sindados MG	Dataprev	0010659-79.2026.5.03.0024	12/08/2026	08:10	Videoconferência
Sindados MG	MV Informática	0010531-70.2026.5.03.0182	17/08/2026	08:30	Videoconferência
Sindados MG	EAC Engenharia (NERUS)	0010238-61.2022.5.03.0014	19/08/2026	14:00	Videoconferência
Sindados MG	Indra Company	0010133-92.2025.5.03.0139	09/09/2026	14:00	Videoconferência

FEMINICÍDIO CRESCE DESDE 2015; MG TEM 2º MAIOR NÚMERO DE CASOS



A enfermeira Morgana Vieira Monteiro, 45 anos, estava em casa quando foi surpreendida pelo ex-marido, Lelito Tavares Barbosa, que pulou o muro de sua casa com um revólver. Ela ainda tentou se esconder no banheiro, mas Lelito a alcançou e a matou. Mesmo com medida protetiva contra o ex-marido, e de contar com acompanhamento da equipe Maria da Penha da Polícia Militar de Tocantins, ela não teve tempo para pedir socorro.

Mulheres que contavam com medidas protetivas foram 13,1% das vítimas de feminicídio.

Em 2025, o estado de Tocantins registrou um aumento de 52,8% dos feminicídios em relação a 2024. O mesmo é observado em todo o Brasil, que registrou um crescimento exponencial dos feminicídios.

Foram 1568 mulheres vítimas de feminicídio em 2025, um aumento de 4,7% se comparado a 2024, segundo o Forum Brasileiro de

Segurança Pública. Desde que a lei do feminicídio passou a valer em 2015, os feminicídios saltaram de 449 (2015) para 1568 (2025). Em números absolutos, Minas Gerais ocupa o segundo lugar em feminicídios com 177 casos em 2025, perdendo apenas para São Paulo, com 270 casos.

Feminicídio é, segundo o Código Penal, um homicídio qualificado, isto é, um crime praticado pela condição de sexo feminino que envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher. O feminicídio decorrente da desigualdade estrutural de poder que inferioriza e subordina as mulheres aos homens. Caracterizam-se por serem mortes evitáveis.

Companheiros são os algozes; negras, as maiores vítimas

Diferentemente do caso da enfermeira Morgana do Tocantins, o maior número de casos de feminicídio (59,4%) são praticados por atuais companheiros das vítimas. Ex-companheiros (21,3%) ocupam o segundo lugar, seguidos de outros familiares (10,2%) e desconhecidos (4,9%).

Mulheres negras são 62,6% das vítimas, brancas são 36,8% e indígenas e amarelas 0,3%. As maiores vítimas por faixa etária são mulheres entre 30 e 39 anos (28,3%), 40 e 49 anos (21,7%) e 18 e 24 anos (15,5%).

Sindicatos contra o feminicídio

Em 13 de maio de 2026, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) lançou a Campanha Permanente de Combate ao Feminicídio. A iniciativa busca capacitar lideranças populares e sindicatos para reconhecer desigualdades, discriminações e sinais de violência nos locais de trabalho por meio do letramento de gênero.

Além disso, a Campanha visa transformar ambientes de trabalho e sindicatos em locais seguros com redes de apoio e protocolos permanentes para salvar vidas.



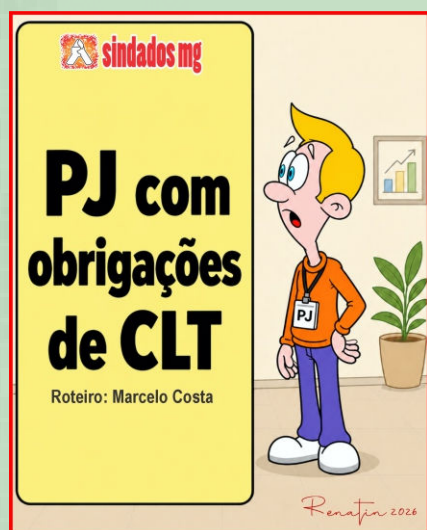
ELEIÇÃO DA CRT PRODABEL

Os trabalhadores da PRODABEL, na quarta-feira, dia 29 de julho, participaram da eleição CRT (Comissão Representativa dos Trabalhadores), nome dado a OLT (Organização no Local de Trabalho) da PRODABEL.

A chapa vencedora foi a PRODABEL NA LUTA, que obteve 144 votos, que disputava a reeleição.

O SINDADOS parabeniza os membros da chapa PRODABEL NA LUTA e trabalhará junto com a CRT na defesa dos direitos dos trabalhadores.

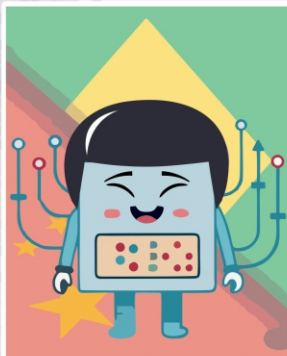
TIRINHA DA SEMANA



ERRATA

TOQUES&DADOS

23 DE JULHO DE 2026

ACORDO BRASIL-CHINA BUSCA SUPERAÇÃO DE EXCLUSÃO DIGITAL, IA DE CÓDIGO ABERTO E PRESERVAÇÃO DA SOBERANIA

Brasil, China e outros 30 países fundadores da Organização Mundial de Cooperação em Inteligência Artificial (WAICO) assinaram um acordo que pretende superar a exclusão digital no mundo e incentivar inteligências artificiais (IAs) de código aberto. A sede da WAICO será em Xangai.

No lançamento da WAICO estiveram presentes a Dilma Rousseff, presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (Banco do Brics), o presidente da China, Xi Jinping, e o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres.

Xi Jinping defendeu uma ajuda aos países do Sul Global para a superação da exclusão digital e o incentivo ao código aberto e ao compartilhamento. "O desenvolvimento da IA não deve ser ação de um único país, mas uma sinfonia global", disse Xi Jinping, segundo reportagem do UOL, numa indireta aos Estados Unidos.

IA de código aberto

Nos últimos meses, IAs chinesas de código aberto, como o DeepSeek e Owen, vêm alcançando o desempenho de IAs em código fechado da OpenAI, Anthropic e outras. No anúncio da Organização mundial de inteligência artificial, uma startup chinesa lançou a nova versão da Kimi, que superou os modelos norte-americanos.

O governo chinês acredita que a IA de código aberto deve ser um patrimônio da humanidade e um dos objetivos da China é aprimorar suas capacidades em IA dos países do Sul Global.

Prefeitura do Rio já usa IA chinesa e soberania

A Prefeitura do Rio de Janeiro lançou um modelo com desempenho de ponta, o Rio 3.5 Open 397B, baseado no Qwen, no mesmo dia em que o governo norte-americano vetou o acesso internacional a um novo modelo da Anthropic. Dias depois, os EUA voltaram atrás na decisão.

Empresas indianas, europeias e americanas, como a Airbnb, vêm abraçando o código aberto chinês, que permite baixar, adaptar e usar IA sem transferir dados ao modelo original, mantendo soberania.

Modelos dos EUA e chip chinês

Na contramão do código aberto, as empresas norte-americanas de IA avançam sobre a soberania dos países usando funcionários próprios, como a Anthropic, e até estatização parcial com exigência de transferência de ações aos governo dos EUA, como é o caso da OpenAI.

A China também está investindo em treinamento para o uso de IAs e fabricação de chips para concorrer a norte-americana Nvidia.

No Ceará, a chinesa Bytedance está construindo um datacenter que, pela localização, poderá acessar cabos submarinos para Ásia e África em passar por EUA e Europa. Os EUA estão atentos ao movimento chinês e já tentam negociar com o Brasil, principalmente após os ataques aos datacenters no Oriente Médio.

SINDADOS-MG - RUA DAVI CAMPISTA, 150 - FLORESTA - BH - MG - (31) 3237-7600 - sindados@sindados-mg.org.br

No texto "Acordo Brasil-China busca superação de exclusão digital", publicado no último Toques e Dados, é importante acrescentar a informação de que o modelo utilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro não era "baseado" num modelo de IA chinesa, mas uma aplicação não devidamente creditada no projeto Rio Open 3.5.

O Open 3.5 tem em sua composição 60% de informações do Nex-N2-Pro e 40% do Qwen3.5-397B.

A Iphan Rio, empresa pública da Prefeitura responsável pelo projeto, pediu desculpas pela "confusão".